

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
-----------------	---

PARTE I
CDC, CONTRATO E DIREITO
FUNDAMENTAL DO CONSUMIDOR

CAPÍTULO 1 – DO DIREITO CONTRATUAL E O CDC.....	15
1.1 Da evolução da ideia de contrato.....	15
1.2 A ideia de contrato adotada pelo liberalismo.....	16
1.3 A autonomia da vontade.....	17
1.3.1 A autonomia da vontade no Direito Contemporâneo – o dirigismo contratual.....	20
1.3.2 A jurisprudência do STJ e os mecanismos de controle dos contratos de adesão não protegidos pelo Código de Defesa do Consumidor....	22
1.4 O CDC e a nova realidade contratual.....	24
1.5 O direito do consumidor como direito fundamental e a função social do contrato.....	25
1.6 O CDC e o reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor.....	27
1.7 Proteção de dados e mídias sociais.....	28
1.7.1 A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.....	28
1.7.2 Cadastro Positivo.....	33
1.7.3 Sigilo telefônico.....	35
1.8 O CDC como microssistema jurídico do direito fundamental do consu- midor.....	36
1.8.1 O microssistema do CDC e as leis especiais.....	37
1.9 Lei nova de consumo e o ato jurídico perfeito.....	39
1.9.1 Lei nova e os contratos com efeitos futuros.....	40
1.9.2 Da exceção admitida pelo STF e STJ.....	41
1.10 Da competência dos Estados e do Distrito Federal para legislar sobre direito do consumidor.....	43
CAPÍTULO 2 – A RELAÇÃO JURÍDICA DE CONSUMO.....	47
2.1 Nota prévia. Relação de consumo, consumo sustentável e aquecimento global.....	47

2.2	A relação de consumo.....	49
2.3	O consumidor.....	50
2.4	A pessoa jurídica como consumidora.....	51
2.4.1	O STJ e a flexibilização do conceito da teoria finalista.....	55
2.5	O conceito de consumidor equiparado.....	56
2.5.1	Do consumidor equiparado do parágrafo único do art. 2º do CDC.....	57
2.5.2	Do consumidor equiparado do art. 29 do CDC.....	59
2.5.3	Das vítimas do acidente de consumo.....	61
2.6	O fornecedor.....	63
2.6.1	O Estado enquanto fornecedor equiparado?.....	65
2.6.1.1	A jurisprudência do STJ.....	68
2.6.2	A instituição financeira enquanto fornecedora.....	69
2.7	Relação de consumo e operações bancárias.....	71
CAPÍTULO 3 – A BOA-FÉ NAS RELAÇÕES DE CONSUMO.....		73
3.1	Princípio da boa-fé.....	73
3.2	Uma advertência quanto ao recurso à boa-fé.....	78
3.2.1	Critérios identificadores da violação da boa-fé.....	78
3.3	As funções do direito à informação clara e adequada.....	80
3.4	A boa-fé e o dever de informação do fornecedor.....	82
3.4.1	Nota crítica sobre o direito à informação e a boa-fé.....	85
3.4.2	Do direito à informação e à vinculação da “oferta” na mensagem publicitária.....	85
3.5	Do dever de informação e da proteção contra a publicidade enganosa e abusiva.....	87
3.6	Considerações sobre a publicidade enganosa e a publicidade abusiva.....	89
3.6.1	A publicidade destinada ao público infantil.....	93

PARTE II

DA PROTEÇÃO CONTRATUAL AO CONSUMIDOR

CAPÍTULO 4 – DA PROTEÇÃO CONTRATUAL AO CONSUMIDOR.....		99
4.1	Particularidades da proteção contratual do consumidor.....	99
4.1.1	Do direito de arrependimento.....	99
4.1.2	Contratação eletrônica e direito de arrependimento.....	101
4.1.2.1	Da regulamentação do direito de arrependimento do consumidor nas contratações eletrônicas – Decreto nº 7.962/2013 ...	102
4.1.3	Dos efeitos decorrentes do exercício do direito de arrependimento.....	103
4.1.3.1	Do uso do produto ou serviço e o direito de arrependimento ...	104
4.2	Da restituição em dobro.....	105

4.3	Da venda casada.....	107
4.4	O controle da cláusula-preço no CDC.....	108
4.4.1	A revisão da cláusula-preço em razão da prestação desproporcional.....	109
4.4.2	Do ressurgimento da lesão no direito brasileiro	111
4.4.3	Uma breve nota histórica sobre a revisão/resolução do contrato por fato superveniente	112
4.4.3.1	A onerosidade excessiva prevista na Lei nº 8.078/1990.....	114
4.4.3.2	Uma breve nota sobre o risco contratual e o fato superveniente ensejador da onerosidade excessiva.....	115
4.4.3.3	Equilíbrio contratual, segurança jurídica e revisão dos contratos durante a pandemia decorrente do novo coronavírus (Covid-19)	116
4.4.3.4	Suspensão dos prazos prescricionais e decadenciais.....	120
4.4.3.5	Lei nº 14.034/2020. Novas regras para reembolso de passagens aéreas adquiridas antes da pandemia.....	121
4.4.3.6	MP 948/2020 – Cancelamento de serviços, de reservas e de eventos dos setores de turismo e cultura em razão do estado de calamidade pública decorrente do novo coronavírus (Covid-19).....	122
4.4.3.7	A orientação do STJ no julgamento do RESP 473594/SP...	123
4.4.3.8	A revisão excepcional do contrato de consumo em favor do fornecedor	124
4.5	Da aplicação da correção monetária nos contratos de consumo.....	125
4.5.1	A função da aplicação da correção monetária às relações de consumo e de sua limitação temporal.....	126
4.5.2	Dos contratos-padrão de massa e a efetividade do reajuste anual.....	128
4.5.2.1	A cláusula de reajuste anual no contrato-padrão de massa de fornecimento de telefonia fixa.....	129
CAPÍTULO 5 – CLÁUSULAS ABUSIVAS NO CDC.....		135
5.1	As nulidades no CDC.....	135
5.2	A Súmula 381 do STJ e a nova orientação jurisprudencial sobre a declaração de ofício das cláusulas abusivas	136
5.3	Nulidade, conservação do contrato e mora nas relações de consumo	138
5.3.1	A conservação do contrato (art. 51, § 2º).....	138
5.3.2	O Enunciado nº 162 da III Jornada de Direito Civil e os efeitos da mora do consumidor nas relações de consumo	141
5.3.2.1	Purgação da mora na alienação fiduciária de garantia de bens móveis.....	144
5.4	O rol exemplificativo e as cláusulas gerais do art. 51.....	145
5.5	Cláusula geral da boa-fé objetiva.....	147
5.5.1	Os limites na aplicação da boa-fé e a associação entre violação à boa-fé e dignidade da pessoa humana	149

5.6	A cláusula geral da lesão enorme.....	150
5.7	Da cláusula geral da equidade.....	152
5.8	As nulidades exemplificadas e os contratos paritários e de adesão	152
5.9	As nulidades expressas do art. 51.....	155
5.9.1	A cláusula de decaimento e o reembolso da quantia já paga.....	157
5.9.2	Transferência de responsabilidade a terceiros	158
5.9.3	Estabelecimento da inversão do ônus da prova.....	159
5.9.4	Utilização compulsória da arbitragem.....	160
5.9.4.1	Breve nota sobre o entendimento do STJ sobre o momento processual adequado para inversão do ônus da prova ...	163
5.9.5	A cláusula-mandato	164
5.9.6	Opção de conclusão do negócio	166
5.9.7	Alteração unilateral do preço.....	167
5.9.8	A modificação do conteúdo e o cancelamento unilateral do contrato	168
5.9.9	Ressarcimento de custos de cobrança.....	169
5.9.10	Renúncia do direito de indenização por benfeitorias.....	171
5.9.11	Cláusulas em desacordo com o sistema de proteção ao consumidor ...	172
5.10	O contrato de financiamento.....	173
5.10.1	A cobrança da comissão de permanência e Súmula 472 do STJ	174
5.10.2	Das tarifas bancárias padronizadas e do custo efetivo total dos financiamentos.....	175
5.10.3	Sobre o montante dos juros cobrados por instituições não bancárias	175
5.10.4	Limite para os bancos depois do julgamento da Adin 2.591	177
5.10.5	A cláusula de decaimento na alienação fiduciária em garantia.....	180

PARTE III DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO FORNECEDOR

CAPÍTULO 6 – RESPONSABILIDADE CIVIL NO CDC	185	
6.1	O instituto da responsabilidade civil.....	185
6.2	Do dano <i>justificado</i> e <i>injustificado</i> e a responsabilidade civil como instituto de distribuição de riscos.....	185
6.3	Funções da responsabilidade civil.....	187
6.4	Da prova do dano em relações de consumo.....	189
6.4.1	Do dano moral.....	189
6.4.2	A adoção do método bifásico pelo STJ.....	192
6.4.3	O dano moral nas relações de consumo como punição civil?.....	194
6.5	O nexo de causalidade como limitador do risco	196
6.5.1	Do defeito do produto ou serviço como <i>nexo causal</i>	197

6.6	A responsabilidade objetiva do fabricante/fornecedor.....	201
6.7	A responsabilidade pelo fato do produto ou serviço	202
6.8	O responsável pelo fato do produto.....	204
6.9	Da responsabilidade subsidiária do comerciante.....	206
6.10	Da responsabilidade solidária prevista no § 2º do art. 25 do CDC	207
6.11	Espécies de defeitos que autorizam a responsabilidade objetiva pelo fato do produto.....	207
6.11.1	Defeito de concepção e fabricação	208
6.11.2	Defeito de informação	209
6.11.3	O defeito de concepção e o risco do desenvolvimento do produto....	210
6.12	A responsabilidade pelo fato do serviço	213
6.13	A responsabilidade pelo fato do serviço do profissional liberal	215
6.13.1	Particularidade quanto à responsabilidade objetiva dos hospitais por erro médico	218
6.14	Aspectos da responsabilidade civil na internet.....	220
6.14.1	O Marco Civil da Internet.....	220
6.14.2	O direito ao esquecimento	224
6.15	A Súmula 479 do STJ e a responsabilidade das instituições financeiras pelo fato do serviço	227
6.16	Da prescrição e do prazo de 10 anos para reparação civil por danos contratuais.....	228
6.17	Da responsabilidade pelo vício do produto e serviço	230
6.17.1	A responsabilidade pelo vício como mera obrigação de garantia.....	230
6.17.2	A responsabilidade solidária.....	234
6.17.3	Particularidades da responsabilidade pelo vício do serviço	234
6.17.4	Os prazos de decadência.....	235
CAPÍTULO 7 – A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA....		237
7.1	A doutrina da desconsideração no direito moderno.....	237
7.2	A desconsideração da personalidade jurídica na Lei da Liberdade Econômica.....	240
7.3	Da desconsideração no CDC.....	241
7.3.1	A teoria menor da desconsideração e o entendimento do STJ	244

PARTE IV

DA DEFESA DO CONSUMIDOR EM JUÍZO

CAPÍTULO 8 – O DIREITO FUNDAMENTAL À DEFESA		247
8.1	Nota prévia: um foro privilegiado para o consumidor?	247

8.2	A defesa coletiva do consumidor.....	248
8.3	Os direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.....	249
8.4	Os direitos difusos e coletivos.....	249
8.5	Dos direitos individuais homogêneos	252
8.6	Dos efeitos da sentença nas ações coletivas	253
8.7	A ação individual perante a ação coletiva	253
8.8	A ação individual já ajuizada em face da ação coletiva	254
8.9	Dos efeitos da coisa julgada favorável ao consumidor.....	254
8.10	A coisa julgada na ação coletiva em face da Lei nº 9.494/1997	255
8.10.1	Do entendimento do STJ.....	257
8.11	A execução dos julgados coletivos	257
8.12	A liquidação da sentença.....	258
8.13	A execução coletiva propriamente dita.....	259

PARTE V
REGULAÇÃO DE MERCADO E DEFESA
ADMINISTRATIVA DO CONSUMIDOR

CAPÍTULO 9 – A DEFESA ADMINISTRATIVA DO CONSUMIDOR.....	263
9.1 Sistema Nacional de Defesa do Consumidor	263
9.2 Do poder de polícia dos Procons.....	267
9.3 Do poder normativo das agências reguladoras.....	269
9.4 Banco Central e agência reguladora.....	271
9.4.1 O Conselho Monetário Nacional como regulador do crédito.....	272

PARTE VI
LEGISLAÇÃO

LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990.....	277
ENUNCIADOS DAS SÚMULAS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA PERTINENTES À DEFESA DO CONSUMIDOR.....	303
REFERÊNCIAS.....	309